

BAIXO CENTRO, ALTOS INVESTIMENTOS: REIVINDICAÇÕES, CAPTURAS E COTIDIANO DA OCUPAÇÃO NA REGIÃO CENTRAL DE BELO HORIZONTE

Alice Ferreira dos Santos¹

RESUMO

O seguinte trabalho parte das operações de requalificação do Baixo Centro de Belo Horizonte, que compuseram o plano urbanístico desenhado pelo poder público para a área, visando, através da espetacularização da cultura, voltar a inserir a região na geração de lucros. Essa demanda, por parte da gestão pública, está fortemente ligada ao mercado financeiro e ao empresariamento urbano. Contudo, objetivou-se investigar aqui como se deu, de fato, a reapropriação do espaço público por parte dos cidadãos, para além das relações comerciais. De tal maneira, utilizou-se da pesquisa de campo, na modalidade de observação participante, na intenção de analisar o fenômeno na perspectiva dos atores sociais para, assim, compreender os sentidos de suas ações. Pode-se notar, então, a existência de modalidades diversas de ocupação orientadas, tanto pela sociabilidade despretenhosa, quanto um histórico de ocupações politicamente reivindicatórias na localidade. Todavia, essa existência não se deu sem tensionamentos e tentativas de incorporação, de tais modos de apropriação do espaço urbano, por parte mercado.

Palavras-chave: Requalificação. Ocupação Urbana. Cidadinidade. Direito à Cidade.

*LOWER CENTER, HIGH INVESTMENTS: CLAIMS, CAPTURES, AND EVERYDAY
LIFE OF THE OCCUPATION IN THE CENTRAL REGION OF BELO HORIZONTE*

ABSTRACT

This study examines the requalification operations in the Lower Center of Belo Horizonte, which were part of the urban plan designed by the public authorities for the area. The goal was to reintegrate the region into profit generation through the

¹Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-2960-4471>. E-mail: santosalice923@gmail.com.

spectacularization of culture. This demand from the public administration is closely linked to the financial market and urban entrepreneurship. However, the investigation aims to understand how the public space was genuinely reclaimed by the city dwellers beyond commercial relationships. To achieve this, field research was conducted using participant observation to analyze the phenomenon from the perspective of social actors and comprehend the meanings behind their actions. Various modes of occupation were observed, driven both by casual sociability and a history of politically assertive occupations in the locality. Nevertheless, this existence did not occur without tensions and attempts at incorporation by the market in these modes of urban space appropriation.

Keywords: Requalification. Urban Occupation. Citadinity. Right to the City.

*BAJO CENTRO, ALTAS INVERSIONES: REIVINDICACIONES, CAPTURAS Y
COTIDIANO DE LA OCUPACIÓN EN LA REGIÓN CENTRAL DE BELO
HORIZONTE*

RESUMEN

El siguiente trabajo parte de las operaciones de reurbanización del Baixo Centro de Belo Horizonte, que formaron parte del plan urbanístico diseñado por el poder público para el área, con el objetivo de, a través de la espectacularización de la cultura, volver a insertar la región en la generación de beneficios. Esta demanda, por parte de la gestión pública, está fuertemente ligada al mercado financiero y al empresariado urbano. Sin embargo, se pretendió investigar aquí cómo se dio, de hecho, la reapropiación del espacio público por parte de los ciudadanos, más allá de las relaciones comerciales. De esta manera, se utilizó la investigación de campo, en la modalidad de observación participante, con la intención de analizar el fenómeno desde la perspectiva de los actores sociales para, así, comprender los sentidos de sus acciones. Se puede notar, entonces, la existencia de diversas modalidades de ocupación orientadas, tanto por la sociabilidad despreocupada, como por un historial de ocupaciones políticamente reivindicativas en la localidad. Sin embargo, esta existencia no se dio sin tensiones e intentos de incorporación, de tales modos de apropiación del espacio urbano, por parte del mercado.

Palabras clave: Reurbanización. Ocupación Urbana. Ciudadanía. Derecho a la Ciudad.

INTRODUÇÃO

Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, tem apostado em um consumo criativo do espaço urbano – o que se revela por meio de uma pretensão inovadora e



fortemente associada ao setor cultural - como uma forma de retomada do centro da cidade, considerando que este havia sido, em certa medida, abandonado com o deslocamento dos representantes do capital financeiro rumo a outras centralidade a partir de meados dos anos 1970 (Jayme & Trevisan, 2012). Essa estratégia reflete localmente uma tendência mundial, intensamente replicada nas últimas três décadas do século XX, qual seja, a preocupação com a requalificação do espaço urbano.

Este fenômeno, inicialmente observado nas metrópoles de países de capitalismo avançado a partir da década de 1970, vem se alastrando, conseqüentemente, até as periferias do capital, suscitando, assim, a atenção de diversos estudiosos do urbano acerca das mudanças do modelo de gestão das cidades. Um deslocamento do modelo administrativo, marcado pelo keynesianismos² dos anos 1960, para o modelo de empresariamento, o qual aproxima a gestão das cidades da gestão de empresas privadas, voltadas para a competição no mercado, legado esse, fortemente arraigado em tendências neoliberais .

Os fatores que levam a emergência dessa alteração são múltiplos, mas podemos apontar alguns mais proeminentes como: a desindustrialização, o desemprego tido como “estrutural”, a austeridade fiscal, um neoconservadorismo insurgente associado à um forte apelo a privatizações (HARVEY, 2006). É a partir desse cenário que surge, enquanto solução endógena do próprio sistema econômico capitalista, a adoção de medidas para uma mudança significativa na orientação do modelo de gestão pública, que acentua gradualmente uma visão mercadológica sobre o espaço urbano.

As grandes cidades são impelidas a inserirem-se numa lógica de competitividade inter-municipal, o que torna a busca por uma espécie de “assinatura” local, uma necessidade de mercado. Através desse traço característico distintivo, as cidade almejam se destacar frente às demais – já que possuem, nesse estágio do sistema econômico vigente, na maioria do casos, um patamar de infraestrutura e rede de comunicação bastante similares, como aponta Magnani (2008) –

² Doutrina econômica proposta por John Maynard Keynes, largamente adotada após a grande depressão, que defendia a intervenção do Estado na economia “sempre que necessário”.



possibilitando assim a potencialização de sua atratividade frente a novos investidores e consumidores.

Esse que pode ser caracterizado como um *marketing* urbano, muitas vezes assume a forma de uma parceria público-privada que viabiliza a reforma de zonas urbanas de interesse econômico. Uma constante resultante da congruência desses setores é o apelo à espetacularização da cultura como elemento fomentador do mercado, capaz de acrescer o potencial de localidades que estavam supostamente degradadas ou ao menos esquecidas sobretudo pelos investidores, elaborando, assim, um consumo criativo da cidade.

É evidente que essa retomada, acima descrita, está radicalmente atrelada ao consumo. Contudo, essa realidade não parece ser unívoca ou limitante, visto que por trás dos usos oficiais, institucionalizados, existe uma dimensão mais tática (CERTEAU, 2014), se não mais humana, talvez, da ocupação dos espaços. É sobre esta realidade que o seguinte artigo visa aproximar. Como de fato as pessoas ocupam essas localidades, atribuindo sentidos a elas e construindo possibilidades? Existe ainda algum resíduo de norteamo dessas formas de ocupações do urbano que não digam respeito exclusivamente às trocas monetárias? Como as formas de sociabilidade se fazem presentes? São as questões que aqui pretende-se problematizar.

Foi nesse sentido que a região do Baixo Centro de Belo Horizonte se apresentou como um recorte espacial preciso para a investigação que dá origem a esta publicação, já que após um montante considerável de investimentos na requalificação, a localidade anteriormente tida como abandonada e perigosa, passa a representar, principalmente após a criação da Zona Cultural da Praça da Estação, um ambiente atrativo para o setor cultural, e como “descolado” e bastante valorizado por seus frequentadores. O fluxo constante de jovens na região, serviu como fonte para entender-se essa retomada do espaço por meio da perspectiva dos ocupantes.

Conquanto, para melhor abarcar esses elementos de investigação, fez-se necessário a adoção de uma perspectiva que não parte de uma dicotomia entre a macroestrutura econômica e as microrrelações entre os sujeitos. Isso porque o objetivo da pesquisa é, justamente, investigar como os desígnios dessa



macroestrutura, como as reformas urbanas, impactam e são recepcionadas ou ressignificadas pelos cidadãos em seu cotidiano através da retomada desse ambiente que é alterado. Com efeito, nos centramos no fazer cidade de sujeitos comuns.

Assim, para possibilitar essa empreitada, a estratégia metodológica adotada perpassa, não somente a análise de bibliografias que abordam as implicações das requalificações e seu histórico de implementação na cidade, mas aposta na observação participante como norteadora. Observar esse fenômeno de ocupação por um viés “de perto e de dentro” (MAGNANI, 2002), mais alinhado com a perspectiva dos atores sociais que, de fato, vivenciam a localidade, mostrou-se uma forma mais adequada de captar elementos de análise caros como a sociabilidade – considerada como uma forma lúdica de sociação (SIMMEL, 2006) - dos sujeitos, bem como sua interação com os equipamentos e espaços urbanos renovados.

REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

David Harvey (2006), em seu livro “A produção capitalista do espaço”, dedica um capítulo inteiro ao debate da transição do modelo administrativo para o de empreendedorismo na gestão das cidades no estágio do capitalismo tardio. Posteriormente, no encerramento da obra, a cultura transformada em mercadoria ganha a atenção do autor. Essa simples escolha de temática, nesta que é considerada uma obra canônica da geografia crítica, já esboça a pertinência dos temas.

A ligação entre esse remodelamento da gestão urbana e a comercialização da cultura é mutuamente insuflada. Como supracitado, as obras realizadas pelas iniciativas de capital misto no corpo da cidade, com intenção de requalificação dos espaços, têm na inclinação cultural um chamariz para investidores e público especializado. Harvey, esboça ainda que essa retomada dos espaços pode ser ao mesmo tempo efetiva, no sentido de devolver a presença social ao espaço, e não obstante segregadora por condicionar essa presença ao consumo.



Se a perspectiva de Harvey reverbera essa alteração na chave da explicação econômica, existe ainda uma que o faz numa perspectiva mais voltada para um plano cultural. Nasce assim, a conceitualização de gentrificação, por mais controverso que seja sua elaboração enquanto categoria de análise. O termo foi utilizado pela primeira vez por Ruth Glass em 1963 para explicar o fenômeno descrito pela expulsão da classe trabalhadora de suas antigas residências, em bairros operários, com a chegada de representantes das classes médias nessas localidades com intenção de fixação.

Como consequência dessa movimentação, as antigas moradias simplórias foram transformadas em residências mais opulentas, elevando o valor médio dos aluguéis e levando, assim, a consequente exclusão dos antigos moradores. Jayme e Neves (2012) apontam ainda que posteriormente o termo foi empregado para descrever processos de requalificação dos centros de grandes cidades.

Contudo, a utilização do conceito enfrenta algumas dificuldades de enquadramento quando esbarra com as especificidades encontradas durante as pesquisas. Silvana Rubino (2003) aponta para o possível esvaziamento do termo gerado por sua utilização indiscriminada para explicar uma diversidade de fenômenos urbanos. Já Thomas Maloutas (2012) atenta de forma crítica para a universalização dada ao termo cunhado inicialmente para descrever a realidade de cidades europeias e estadunidenses. Esse tipo de emprego do conceito pode induzir a simplificações errôneas ao não levar em consideração os contextos de inserção desses eventos e a profundidade que essas alterações do cenário urbano causam na vida social.

Heitor Frúgoli e Jessica Sklair (2009), ao etnografar as mudanças urbanas conjecturadas pelo poder público na região da Luz em São Paulo, chegam a conclusão de que o processo que ali se desenrola, por sua complexidade, não pode facilmente ser enquadrado sob o termo gentrificação. Para os autores, as mudanças no cenário urbano faz com que novos frequentadores, de classes média-alta, dirijam-se ao bairro em busca de equipamentos culturais, como a Pinacoteca e a Sala São Paulo, contudo, essas incursões são feitas de maneira pontuais, sem que seja necessário uma convivência mais próxima como os antigos moradores da



região provenientes da cracolândia, de cortiços ou das profissionais do sexo até então fixada naquele bairro. Desse modo, não há uma factual mudança no sentido da expulsão dessa população antiga, mas a manutenção de um perfil sócio-econômico heterogêneo na região.

De modo análogo, Jayme e Neves (2012) ao pesquisarem o caso belo horizontino, já partem da hipótese de que os projetos de requalificação realizados no centro da cidade não necessariamente levaram à gentrificação. Em pesquisas desenvolvidas, as autoras constataam a mesma manutenção de heterogeneidade no perfil dos frequentadores do hipercentro de Belo Horizonte que Frúgoli Jr e Sklair (2009) e apontam na região da Luz em São Paulo, o que endossa a hipótese por elas levantada.

Levando em conta o estado do debate teórico sobre o tema, ficou evidente que essa pesquisa - para evitar constatações apriorísticas ou dedutivas em um espelhamento de experiências outras - deveria dirigir-se à adoção de incursões a campo em uma pesquisa de caráter etnográfico. Para que assim, em seu andamento, seja possível captar os aspectos conjunturais específicos, bem como a forma, propriamente dita, da reapropriação do espaço.

De tal modo, os procedimentos metodológicos que foram adotados neste artigo tiveram na incursão a campo um norte. Focou-se, então, na região do Baixo Centro de Belo Horizonte. Esse recorte espacial mostrou-se especialmente oportuno, por conta dos sucessivos processos de requalificação e por ter se tornado um ponto de estimulante efervescência cultural, por vezes ligadas ao consumo e por vezes não necessariamente como veremos na decorrência dos capítulos.

Enfoque etnográfico

Quanto ao tipo de fazer etnográfico, assume-se que modelos diversos tentaram compreender o urbano sob suas próprias perspectivas e formulações metodológicas. Contudo, Magnani (2002), as classifica como de dois tipos: a primeira enfatiza os fatores desagregadores causados pelo rápido e não planejado crescimento urbano, que gera o caos urbano, a cidade, nessas linhas de pesquisa, é



vista como um grande problema a ser solucionado. A segunda, por sua vez, também se direciona para o caos desagregador, mas dessa vez a razão causal apontada são os saltos tecnológicos que tornam as relações de sociabilidade e as estruturas urbanas, em que estão inseridas, ultrapassadas.

O autor aponta que o que essas produções têm em comum é uma ausência de atores sociais, a prevalência da ordem do macro, do estrutural, do econômico que parece estrangular qualquer possibilidade de que o agenciamento dos sujeitos comuns encontre meios para permear o cenário urbano. Nesse sentido, os únicos atores presentes nestas análises, principalmente quando acionadas para pesquisas acerca da requalificação urbana, são os agentes do capital ou aqueles que estão ao seu serviço enquanto fomentadores e/ou consumidores.

Magnani (2002) demonstra, assim, o fenômeno de desaparecimento dos ocupantes desses cenários urbanos. Nessas leituras - aqueles que de fato dão vida a cidade - só esboçam sua aparição enquanto apáticos ou vitimizados pelos processos comandados pelo capital financeiro: são “os excluídos”, “os espoliados”. Essa passividade fatalista dos atores sociais, muitas vezes pretensa, pode servir muito mais como o embasamento de um viés político do autor do que, verdadeiramente, captar a construção urbana da perspectiva do sujeito ordinário.

Contudo, o autor não elabora meramente uma crítica pela crítica. Ele apresenta uma contrapartida metodológica, para essa observação de longe, por não contar com o ator social, e de fora, por focar somente na ordem econômica como única organizadora da vida social. Nas palavras de Magnani (2002, p. 15)

é justamente essa dimensão que a etnografia ajuda a resgatar. A incorporação desses atores e de suas práticas permitiria introduzir outros pontos de vista sobre a dinâmica da cidade, para além do olhar “competente” que decide o que é certo e o que é errado e para além da perspectiva e interesse do poder, que decide o que é conveniente e lucrativo.

A perspectiva ‘de perto e de dentro’ elaborada pelo antropólogo, presume que o fazer etnográfico, deva prosseguir, durante a observação participante, orientando-se pelos arranjos dos próprios atores sociais. Ou seja, tomando como orientação as formas que esses atores utilizam para transitar pela cidade, valer-se

de seus serviços e equipamentos, estabelecer encontros e trocas nos diferentes *locus* da vida social (MAGNANI, 2002).

Ação local, orientação mundial: a requalificação do Baixo Centro de Belo Horizonte, um breve histórico

A retomada do centro de Belo Horizonte tornou-se uma preocupação ainda no final da década de 1980, contudo, é nos anos 1990 e 2000 que o processo ganha maior ênfase atuante no corpo da cidade. As iniciativas objetivavam reconstruir um centro simbolicamente relevante, abrindo-o para a perspectiva da diversidade, na intenção da elaboração coletiva de um ponto de encontro para todos. Como já mencionado, essa ação local tem como orientação as deliberações que partem de uma conjuntura mais ampla, esse movimento, de retomada dos centros urbanos, é observado mundialmente nas últimas décadas do século XX, como uma resposta endêmica do sistema econômico para uma de suas crises internas.

Jayme e Trevisan (2012), em suas análises desse histórico na cidade de Belo Horizonte, destacam dois projetos datados nos anos 2000 de grande relevância para localidade central, já que ambos possuíam forte referência à requalificação urbanística e ambiental. Os projetos referidos são: o 4 Estações, de 2000; e o Programa Centro Vivo, de 2004. Resultando, respectivamente, de um concurso elaborado pela prefeitura da cidade que focalizou intervenções no Hipercentro, Savassi, e Área Hospitalar, em consonância a um conglomerado de obras e projetos sociais com ações voltadas para áreas públicas do centro.

Esse conjunto de operações transformou o cenário urbano, bem como os equipamentos culturais presentes na região. Um destaque especial, principalmente quanto ao apelo cultural, começa a se esboçar na região do Baixo Centro. Segundo Jayme e Trevisan (2012) esta localidade - de demarcação territorial mais simbólica do que propriamente física - está intrinsecamente vinculado a Praça Rui Barbosa ou Praça da Estação, mas abarca também, o Bulevar Arrudas, o Viaduto Santa Tereza, a antiga fábrica de tecidos 104, a Serraria Souza Pinto, a Casa do Conde, o Museu de Artes e Ofícios e adjacências.



A Praça Rui Barbosa, por sua vez, foi palco de inúmeras intervenções em sua ambientação e nos usos dados a ela. Segundo Jayme e Trevisan (2012), o início de sua construção data de 1904. Nos anos 1920 recebeu uma estética nos moldes dos jardins franceses, esquadrihado por canteiros geométricos e com espelhos d'água, mas as alterações não cessaram em 1950 passeios são recortados e as árvores derrubadas, posteriormente em 1965, com a duplicação da Avenida dos Andradas é novamente repaginada. E sequencialmente:

A partir da década de 1980 a esplanada em frente à Estação Ferroviária passou a ser utilizada como estacionamento de veículos durante o dia. Em 1995, tem início o processo de recuperação dos jardins da Praça. Em 2006 foi inaugurado o Museu de Artes e Ofícios de Belo Horizonte, instalado no prédio da Estação Ferroviária. Em 2007, com a implantação do Bulevar Arrudas, a Praça teve sua dimensão e desenho originais recuperados, o Ribeirão Arrudas foi tamponado, os jardins foram restaurados, a iluminação pública trocada, e a largura das calçadas aumentada em três vezes (JAYME; TREVISAN, 2012, p. 364)

O excerto acima nos dá a dimensão do grau de constância dos processos de requalificação realizados na praça. De modo análogo, as demais regiões do Baixo Centro não fogem a essa lógica. O Viaduto Santa Tereza, inaugurado em 1929, por exemplo, passou em 1999 pela recuperação de sua estrutura, além da instalação de palcos, pistas de dança, arquibancadas, bares e espaço destinado à exposição de obras de artes diversas. Desde então vem sofrendo diversas intervenções, como as realizadas pelo projeto Circuito Urbano de Arte (CURA).

Seguindo o fluxo mencionado, segundo Jayme e Trevisan (2012), temos, ainda, equipamento como a Casa do Conde de Santa Maria, que erguida inicialmente com o objetivo de servir como residência a Antônio Teixeira Rodrigues, conde de Santa Marinha, que prestou seus serviços quando na edificação da capital, e que hoje abriga a Fundação Nacional de Artes (Funarte); a Serraria Souza Pinto, que teve seu uso retomado como local de espetáculos, eventos sociais, feiras etc.; o Prédio do 104 Tecidos, que em 1908 abrigou a primeira grande indústria da capital, a “Companhia Industrial Bello Horizonte”, passou ao longo dos anos por reformas que descaracterizaram sua fachada, até que em 2000 foi restaurado, e sequencialmente



ocupado por comércios que mesclavam no mesmo ambiente um café, cinema e galeria, sendo em 2018 ocupado pela Central, um restaurante e espaço cultural.

Temos, assim, o tom da retomada do Baixo Centro – definido pelas instâncias oficiais, como a prefeitura - fortemente arraigada ao consumo cultural. Esse fato, em uma leitura mais superficial e apressada, poderia acionar o elemento da gentrificação como categoria explicativa do fenômeno, mas, escapando do senso comum, seria essa definição suficiente para enquadrar a realidade observada na localidade? A resposta pode ser bem menos óbvia e muito mais complexa quando assumimos uma perspectiva de “perto e de dentro” (MAGNANI, 2002) e é o que será abordado nos próximos itens.

A praia da Estação: entre reivindicações e capturas

Como já mencionado, a conceitualização de gentrificação aparece um tanto difusa, sem muito consenso no meio acadêmico, mas bastante difundida no senso comum. Aqui, no entanto, adotamos como gentrificação às ocorrências definidas pelas intervenções urbanas que visam restaurar localidades, na maioria das vezes centrais, com o objetivo de torná-las novamente propícias para o consumo - sendo este também o de tipo cultural (ZUKIN, 2000) - resultando na expulsão das parcelas menos favorecidas economicamente dessas localidades, incidindo, assim, em um novo perfil dessa vez mais homogêneo, socioeconomicamente, na região observada.

Contudo, no Baixo Centro de Belo Horizonte, iniciativas um tanto mais espontâneas e audaciosas não deixaram disputar ativamente o espaço com os desígnios das instâncias oficiais, que definem o consumo como lógica organizacional do urbano. Destacam-se, nesse sentido, a “Praia da Estação”, iniciada em 2010 por um grupo de ativistas descontentes com o decreto de número 13.798 sancionado em 09 de dezembro de 2009 pelo então prefeito, Marcio Lacerda, que proibia a realização de eventos de qualquer natureza na Praça da Estação.

Por considerarem o decreto de natureza arbitrária e intransigente, os manifestantes, organizados virtualmente por meio de um blog, desafiaram os usos estabelecidos na praça. Armados de cadeiras de praia, biquínis e cangas



lançaram-se a uma ocupação lúdica do ambiente, questionando sua funcionalidade apenas como local de passagem ou de consumo. Assim, propuseram, através de um ato político-performático, que o valor de uso do local ganhasse primazia sobre o de troca (LEFEBVRE, 2008).

O mote que incitou esse movimento remete às discussões em torno do direito à cidade. O que na perspectiva de Henri Lefebvre (2008) não designa somente o direito ao acessos a infraestrutura e equipamentos urbanos - as reformas monumentais pelas quais o hipercentro passou deixam clara que essa demanda pode muito bem ser atendida sem que hajam mudanças radicais em um sistema econômico estruturado na exclusão - mas, o direito, o qual defende o autor, trata-se de algo coletivo e não meramente individual, firmado na possibilidade dos cidadãos construírem a cidade e, mutuamente, a si mesmos. É essa a percepção de vida urbana renovada que o movimento trazia em si, essa possibilidade de não ser o comércio a única forma de orientação das relações, a criação de um cenário alternativo que, por fim, dá primazia ao valor de uso e não ao valor de troca do terreno urbano.

Contudo, a espontaneidade e o caráter crítico da iniciativa não foram suficientes para lhe salvaguardar da cooptação do mercado. Logo a praça passaria a ser acionada como um *point* “descolado”, obrigatório no roteiro cultural da cidade, como afirma Ribeiro (2020), em detrimento de seu apelo político. O Conjunto Vazio (2011), que idealizou a Praia e realizou sua convocatória, analisou em seu blog as decorrências da iniciativa. O texto publicado aludiu a uma inversão de valores, insuflada pela mídia tradicional, para explicar a transformação de um movimento questionador revestido de ludicidade, para um produto cultural com leves e superficiais pinceladas de criticidade, pela qual a Praia da Estação passa.

Apesar da praça, em seu cotidiano, já está a muito firmada como um local receptor de diversos grupos que a ocupam e reconhecem como uma alternativa aos usos regulados pela instâncias políticas-econômicas – seja através de protestos e reivindicações ao direito à cidade, seja pelo uso recreativo e despretenso do lugar – é em 2014 que se cria a Zona Cultura da Praça da Estação. Assim, o poder público assume o posto de promotor e incentivador das atividades culturais, mas



com o adendo de que essas deveriam ser consideradas em congruência com os objetivos traçados pela instância institucional.

A saber, os compromissos firmados foram: fomentar as atividades culturais e de lazer, promover a conservação das fachadas dos prédios históricos da região, e abrir, por fim, o centro para a ocupação de sua população. De tal modo, fica evidente o caráter fortemente normatizador empregado pelo poder público na região, bem como a cooptação do elemento “cultural” para a mercantilização. O que nos suscita o questionamento: o centro pretende se abrir para quem?

Notou-se, no campo realizado, que a sociabilidade tecida na região, principalmente a da vida noturna, se dá, muita das vezes, em torno de bares, restaurantes e comércios, em sua maioria com preços elevados, graça ao ambiente “descolado”, ligado ao setor cultural e, que por isso, agregam um valor a mais ao serviço oferecido, a exemplo da emblemática rua Sapucaí, que será abordada a seguir. Logo, levantou-se a hipótese que o fator socioeconômico poderia ser um elemento de exclusão na região. Mas estar na ali enquanto consumidor seria, então, a única possibilidade de ocupação?

Para uma investigação mais detalhada, tomou-se a rua Sapucaí, um dos locais mais famigerados da vida noturna do Baixo Centro, como local de grande interesse para a pesquisa. Contando com uma concentração notável de bares com uma proposta “descolada” e progressista, a rua foi de exímia importância para acompanhar-se, esse que foi referenciado, nas conversas tidas com os frequentadores da localidade, como um “rolê mais cultural” ou “alternativo” no centro da capital mineira.

Rua Sapucaí: um rolê cultural

No limiar entre o centro e o tradicional bairro Floresta, ao lado do viaduto Santa Tereza, está localizada a rua Sapucaí. Tendo sido “lar” da primeira ocupação espontânea da cidade de Belo Horizonte, a favela Alto da Estação - em referência a sua proximidade com a estação férrea, que passa logo abaixo -, a rua se estende por algo em torno de cinco quarteirões. Esta já sofreu inúmeras transformações ao



longo do tempo: passou de favela a parte integrante de bairro residencial, a mirante de arte urbana, sendo hoje o epicentro da vida noturna na chamada Zona Cultural. A história da Sapucaí se confunde com a história da própria cidade.

Durante a pesquisa, o fluxo constante de jovens na localidade era notável. Seja no aparentemente incansável sobe-desce pelo logradouro; seja debruçando-se sobre a mureta de pedra na intenção de aproveitar a vista privilegiada que a rua oferece, por seu nível elevado; seja ocupando as cadeiras em frente os bares e restaurantes que extrapolam o limite da calçada em disputa com os carros que trafegam no local; ou, ainda, usando a via apenas como local de passagem. A vivacidade efervescente da rua é uma realidade, todavia, nem sempre foi assim. A região, há não muito tempo, era vista como degradada e perigosa.

A mudança insere-se na tendência geral de requalificação do Baixo Centro, contudo, dois elementos são catalisadores desse processo de redescoberta: o primeiro, cronologicamente, é a chegada dos comércios diferenciados e um tanto especializados na região, que exploram bastante o *background* cultural de seus produtos e atendem a um público assumidamente progressista. O primeiro comércio desse tipo foi a Salumeria Central, inaugurada em 2012. Segundo um de seus sócios fundadores (CÂMARA, 2018), quando na inauguração, a rua ainda não contava com comércios que ficassem abertos a noite e os donos da Salumeria precisaram contornar a má fama da região, tido como um local abandonado, entretanto, não demorou muito para que estabelecimentos parecidos se fixassem na localidade.

O segundo elemento que atua nesse sentido – de uma redescoberta da rua – é o CURA (Circuito de Arte Urbana). O projeto, cuja primeira edição data de 2017, contou com o apoio da iniciativa público-privada, no formato da lei municipal de incentivo à cultura. Convidando uma diversidade de artistas, o CURA contribuiu para a consolidação da importância de Belo Horizonte no cenário nacional e mundial do muralismo em grafite.

A primeira edição contou com a produção de uma série de pinturas nas empenas cegas dos prédios - aquelas que não possuem janelas - situados no Hipercentro da cidade, aqueles estrategicamente selecionados para que pudessem



ser, simultaneamente, vistos da rua Sapucaí. Estava criado o mirante de arte urbana, o primeiro do mundo do tipo. O CURA conta, também, com um festival que celebra a realização de cada uma de suas edições. Foi a sua sétima edição, a qual se pode acompanhar de perto e que possibilitou uma conversa profícua para este artigo com uma das artistas, curadores e idealizadoras do projeto.

Percorrendo a Sapucaí, pode-se notar uma certa similaridade entre os comércios, tanto nas fachadas, nas quais elementos de design contemporâneo, pinturas em tons escuros e grafites se mesclam com as pixações³ já existentes. E os pixos parecem marcas de um tempo passado associado à deterioração – mas também há similaridade quanto ao tipo de serviço oferecido pelos bares e restaurantes. Nesse caso, a comida ou bebida nunca parecem ter um fim em si, sempre fazem referência a elementos que não estão necessariamente presentes ou não se fazem, à primeira vista, indispensáveis, mas que, na verdade, compõem o referencial estético e o *lifestyle* “descolado” e alternativo compartilhado entre o público.

A cerveja artesanal local, o salame de tipo italiano, mas com tempero mineiro, o nhoque, outro prato típico italiano, com ragu de linguiça “da roça” para celebrar o encontro das duas tradições, o queijo minas, também artesanal, de cura primorosa e específica, os *drinks* cujos nomes referenciam obras da literatura brasileira, misturando ciriguela e *vodka* ou outras combinações inventivas, bem como o fato de trazerem no cardápio informações minuciosas sobre o local e a forma de produção de alguns dos insumos que compõem as opções disponíveis, fazem sentido justamente porque estão inseridos numa região voltada para o consumo criativo, fazendo com que o público reconheça e legitime essas escolhas.

A sociabilidade, no entanto, como podemos averiguar não está totalmente condicionada aos comércios, ou pelo menos não se encerra neles. Muitos jovens ocupam a balaustrada de pedra paralela aos bares e restaurantes, seja por não haver mais cadeiras disponíveis nos estabelecimentos, seja pelo fato de, na

³ Segundo Pereira (2018) a distinção entre a grafia da palavra entre “pixo” com “x” ou “picho” com “ch” é adotada pelos próprios praticantes como forma de distinguir pichações de caráter político e comercial de pixações com letras estilizadas e que entram em um circuito próprio de reconhecimento.

verdade, estarem consumindo produtos provenientes de outros lugares. É, então, equilibrando-se ao sentar-se em cima da mureta, ou a usando como apoio para suas bebidas, que esses grupos estabelecem conversas e gozam da companhia de seus pares.

Um pouco mais adiante, subindo a rua e conseqüentemente nos afastando dos bares mais movimentados, encontrou-se um grupo de jovens com um *cooler* repleto de cervejas. Em uma conversa descontraída, alegaram trazer a própria bebida por considerarem os preços ali praticados um tanto elevados. “Uma *long neck* é 12 reais” argumentou um rapaz, jocosamente. Mas apesar dos preços, os membros do grupo afirmam gostar de frequentar o local, por eles referido como “alternativo”. Por mais de uma vez durante essas conversas com diferentes pessoas, o termo “alternativo” apareceu em contexto elogiativo, outras constantes foram “rolê cultzinho⁴” ou “rolê cultural” para mencionar o ambiente.

A tática de se trazer a própria bebida em consonância ao ato de empregar usos alternativos às balaustradas, tornando-as mesas e cadeiras de bar improvisadas, tensiona a lógica financeira dominante. Ao tornar possível que se ocupe o lugar mesmo não consumindo no local, altera-se, mesmo que momentaneamente, o sentido de se estar ali. Agora não é mais a troca financeira de orientar a ocupação do espaço, mas a sociabilidade, o gozo de se estar entre seus pares despreziosamente jogando conversa fora.

De forma análoga à supracitada Praia da Estação, os usos dados ao espaço urbano são aqui questionados e tensionados, dessa vez não por uma ação política explicitamente militantes, mas pelo fazer cotidiano (CERTEAU, 2014) que teimosamente se contrapõem às estratégias institucionais adotadas nos planos urbanísticos para a localidade.

A reapropriação do espaço pelos sujeitos ordinários (CERTEAU, 2014) que ocupam a Sapucaí de forma despreziosa e lúdica, infiltra-se, rizomaticamente, na ordem normatizante do consumo que orientou todo o processo de requalificação da zona. É através dessa subversão cotidiana que se torna possível a criação de

⁴ Cultzinho foi uma categoria nativa encontrada em nosso campo para descrever uma localidade voltada para o setor cultural, o invencionismo linguístico trata-se de um aportuguesamento do termo de língua inglesa *cult*.

fissuras que permitem contrapor à pretensão disciplinarizadora que incide sobre a cidade, abrindo possibilidades de um fazer a cidade mais diversificado.

Outro elemento a ser mencionado é o não fechamento da rua para o tráfego de automóveis. Em conversa com uma das idealizadoras do CURA, foi dito que a possibilidade desse fechamento já havia sido elencada, contudo, o posicionamento dos membros do projeto era contrário a ele, por acreditarem que esse, se efetuado, poderia se tornar um fator de gentrificação. Essa análise é bastante especulativa e de difícil averiguação, afinal, o fechamento de uma rua para o tráfego de automóveis, trata de um fato isolado e a gentrificação costuma ser apontada como efeito de uma somatória de eventos causais. Não obstante fica evidente que, ao também ser usada como via de passagem por transeuntes e automóveis, garante-se certa heterogeneidade entre frequentadores da Sapucaí.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da pesquisa tornou-se claro que o urbano é um terreno em disputa. No que se refere a existência de formas de ocupações do urbano que não digam respeito às trocas monetárias, mas que considerem o valor de uso do terreno urbano (LEFEBVRE, 2008) – seja para uma ocupação orientada para a sociabilidade desobrigada e lúdica, seja para uma ocupação militante e mais obviamente questionadora – podemos constatar sua existência tenaz, todavia, não sem atritos.

A Praia da Estação, que insurge como um movimento crítico, com demandas voltadas ao direito à cidade e contrárias a decisões cerceadoras do espaço urbano, sofreu uma irresistível cooptação da mesma onda de mercantilização da cidade que visava combater. O movimento viu sua propensão política ser diluída em prol de tornar-se mais um instrumento de espetacularização da cultura. O que acontece com a Praia da Estação é uma reincorporação, logo, sua tentativa de escapar a ordem do capital financeiro acaba sendo reconvertida e se antes ameaçava as demandas do sistema, agora está a serviço, mesmo que a contragosto dos idealizadores, do mercado capitalista e logo da geração de lucro.



Essa é uma característica do próprio sistema, que lida constantemente com sua contradição. Como aponta Deleuze e Guattari (2011), no estágio do capitalismo financeiro, a medida em que aparecem fluxos de movimento que ameaçam a reprodução do capital, o sistema, por meio do Estado que está a seu serviço, os decodifica e reabsorve. A exemplo desse fluxos divergentes estão novas maneiras de se comportar, trabalhar, ocupar o espaço, movimento de trabalhadores, movimento negro, feminista etc. que podem ser agenciados e neutralizados, tendo sua ameaça ao sistema reconvertida a serviço da manutenção do capitalismo.

Não obstante, o “cabo de guerra”, por mais assimétrico que seja, tem dois lados. Ao investigar a apropriação do espaço urbano na rua Sapucaí, a partir da lógica dos ocupantes, foi possível notar que as designações normativas do mercado, expressas nos planos urbanísticos, sob o subterfúgio de um interesses públicos, não são tomadas de forma passiva, mas são ressignificadas pelos sujeitos em suas práticas cotidianas. Para Certeau (2014), a tática, essa forma de subverter a lógica de dominação e que astuciosamente se põe em ação no momento oportuno, é a arte do fraco.

Assim, essa dupla movimentação a que nos deparamos –essa espécie “dança” entre fluxos divergentes do sistema, que se contrapõem a ordem de dominação do urbano, e a reapropriação normatizadora de sua potencialidade pelo próprio sistema a que se contrapuseram - nos revela algo um tanto mais complexo do que a gentrificação é capaz de abarcar, enquanto categoria explicativa, para o Baixo Centro de Belo Horizonte.

Essas observações só foram possíveis graças à metodologia utilizada, a observação participante, que nos permitiu chegar ao ponto de vista do ator social e assim nos lançar a tentativa de compreensão de sua lógica específica de ocupação do espaço requalificado.

Esse estudo focalizou, por sua vez, as formas de ocupação da região do Baixo Centro, em especial a Praça da Estação e a Rua Sapucaí, após a série de reformas pelas quais passaram. Contudo, o Hipercentro, de forma geral, foi afetado por essas ondas de requalificações. Assim, há fortes indícios que essas regiões,



agora com contundentes atrativos culturais, não se fixem de maneira estanque na cidade, mas que estabeleçam relações com outras de mesma natureza.

Portanto, sugere-se que estudos posteriores possam investigar a hipótese de um circuito cultural que conecta essas regiões, a exemplo: a Savassi, o Mercado Central, a Sapucaí, o Mercado Novo, etc. Assim, uma reconstituição dos trajetos descritos pelos cidadãos, no centro da cidade, poderia desvelar os sentidos dados aos lugares e os elos constituídos entre esses equipamentos urbanos voltados para o setor cultural.

REFERÊNCIAS

ALCANTARA, M. F. de. A Vila Buarque torna-se hipster: conceitos globais, efeitos locais. **ILUMINURAS**, Porto Alegre, v. 21, n. 54, 2020. DOI: 10.22456/1984-1191.103765. Disponível em: [A Vila Buarque torna-se hipster: conceitos globais, efeitos locais | ILUMINURAS](#). Acesso em: 26 jan. 2023.

ARANTES, A. A. (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000.

BELO HORIZONTE. **Decreto nº 13.798**, de 09 de dezembro de 2009. Proíbe realização de eventos de qualquer natureza na Praça da Estação, nesta capital. Diário Oficial do Município de Belo Horizonte, Belo Horizonte, 2009

BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Políticas Urbanas. **Plano de Reabilitação do Hipercentro de Belo Horizonte**. Belo Horizonte, 2007.

CÂMARA, Rafael. **Rua Sapucaí, em BH, do esquecimento ao primeiro mirante de arte urbana do mundo**. 360 Meridianos, Belo Horizonte, 25 out. 2018. Disponível em: [Rua Sapucaí, em BH: restaurantes, mirante urbano e história \(360meridianos.com\)](#) Acesso em: 23 jan. 2023..

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 22. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Neoliberalismo: a nova forma do totalitarismo**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/neoliberalismo-a-nova-forma-do-totalitarismo/>. Acesso em: 21 jan. 2023. , 2019

COELHO, H. C.; GALERA, I.; SANTOS, M. C. O lazer como resistência à produção da cidade: ensaio sobre a praia da estação em Belo Horizonte (2010-2015). **Revista**



Científica Foz, [S. l.], v. 1, n. 3, p. 16, 2019. Disponível em: <https://revista.ivc.br/index.php/revistafoz/article/view/82>. Acesso em: 23 jan. 2023.

CONJUNTO VAZIO. **Blog Conjunto Vazio**. Belo Horizonte. 2011 maio. Disponível em: [A Tradição Praieira Insurgente de Belo Horizonte | \[...\] \(wordpress.com\)](#). Acesso em: 21 jan. 2023.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Felix. **O Anti - Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. 2ª ed. Trad. L.B.L. Orlandi. São Paulo, SP: Ed. 34, 2011.

FRÚGOLI JR., Heitor & SKLAIR, Jessica, “O bairro da Luz em São Paulo: questões antropológicas sobre o fenômeno da gentrification”, **Cuadernos de Antropología Social**, nº 30, 2009, p. 119-136.

FRÚGOLI JR., Heitor. “A questão da centralidade em São Paulo: o papel das associações de caráter empresarial”. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n.16, p. 51-66, 2001.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. – 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2006.

JAYME, Juliana Gonzaga; NEVES, Magda de Almeida. Cidade e espaço público: política de revitalização urbana em Belo Horizonte. **Caderno CRH**, v. 23, n. 60, p. 605-617, 2010.

Jayme, Juliana Gonzaga e Trevisan, Eveline. Intervenções urbanas, usos e ocupações de espaços na região central de Belo Horizonte. Civitas - **Revista de Ciências Sociais**, v. 12, n. 2, p. 359-377, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo, Centauro, 2008.

LEITE, Rogerio Proença. A inversão do cotidiano: práticas sociais e rupturas na vida urbana contemporânea. **Dados**, v. 53, n. 3, 2010.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole**. Na metrópole: textos de antropologia urbana. São Paulo: Edusp, 2008.

MALOUTAS, Thomas. Contextual diversity in gentrification research. **Critical Sociology**, v. 38, n. 1, p. 33-48, 2011.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. **Um rolê pela cidade de riscos: leitura da pixação em São Paulo**. São Carlos: EdUFSCar, 2018.



RIBEIRO, Raphael Vilas Boas Leonel *et al.* **Cultura e criatividade**: rua Sapucaí e a produção contemporânea do espaço. 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/34436>. Acesso em: 18 jan. 2023.

RUBINO, Silvana. **Gentrification**: notas sobre um conceito incômodo. In: SCHICCHI, Maria Cristina; BENFATTI, Dênio (orgs.). *Urbanismo: dossiê*. São Paulo, Rio de Janeiro, Campinas: PUC-Campinas/Prourb-UFRJ, 2003.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais de sociologia**: indivíduo e sociedade. Tradutor Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

ZUKIN, Sharon. **Paisagens urbanas pós-modernas**: mapeando cultura e poder. In: ARANTES, Antonio A. (org.) *O espaço da diferença*. Campinas, Papyrus, 2000.

